

MINISTÉRIO DA ECONOMIA Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 5ª Região

PORTARIA PRFN5/ME Nº 730, DE 12 DE JANEIRO DE 2023

Disciplina o atendimento ao advogado por Procurador da Fazenda Nacional no âmbito da 5ª Região.

O PROCURADOR-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 5ª REGIÃO , no uso das atribuições previstas no art. 86, inciso I, alínea "a", "k" e "o", do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda no 36, de 24 de janeiro de 2014,

RESOLVE:

- Art. 1° Esta Portaria disciplina o atendimento ao advogado por Procurador da Fazenda Nacional no âmbito da 5ª Região.
- Art. 2° Fica instituído, no âmbito da 5ª Região, o Núcleo Especializado de Atendimento por Procurador ao advogado (NEAPA).
- Art. 3°. A atuação do NEAPA se pautará pelos princípios da cortesia, prevenção de litígios judiciais, cooperação, autotutela, eficiência, economicidade, valorização das prerrogativas do advogado e acessibilidade às vias administrativas.
- Art. 4° O pedido de atendimento será apresentado pelo advogado exclusivamente através do e-mail <u>atendimento.prfn5regiao@pgfn.gov.br</u>, instruído com o formulário do Anexo I.
- §1° A equipe de atendimento informará ao advogado o número de protocolo relativo ao seu pedido de atendimento.
- §2° Na hipótese do atendimento versar sobre situação de urgência, o advogado deverá apresentar prova do risco iminente ou perigo concreto apto a justificar atuação excepcional desta Procuradoria.
- Art. 5° O pedido será cadastrado no SICAR e distribuído ao procurador responsável pelo atendimento.
- § 1º O requerimento administrativo de reunião não dispensa o interessado de apresentar o requerimento específico para realização de transações ou alterações nos sistemas da Dívida Ativa.
- §2º Não serão oferecidas consultorias nem respostas abstratas ou hipotéticas, desprendidas da efetiva representação do cliente pelo advogado.
- Art. 6° O procurador responsável pelo atendimento responderá ao pedido do advogado no REGULARIZE, agendando audiência, caso necessário.
 - §1° A audiência tem por objetivos gerais:
- I. prestar e obter esclarecimentos sobre requerimentos, andamentos processuais e a situação do sujeito passivo;

- II. solicitar correções no cumprimento de despachos administrativos ou decisões judiciais;
- III. auxiliar o sujeito passivo a encontrar a via correta para atendimento de seus pleitos.
- §2° A audiência ocorrerá preferencialmente de modo virtual e através da ferramenta Google Meet.
- § 3º Em caso de dúvida ou necessidade de orientação superior, a audiência poderá ser interrompida para obtenção de auxílio do setor especializado.
- §4° Caso não seja possível comparecer à audiência no horário designado, o advogado deverá solicitar a remarcação através do email <u>atendimento.prfn5regiao@pgfn.gov.br.</u>
- Art. 7° O procurador responsável pelo atendimento poderá solicitar subsídios a outro setor, bem como a participação de procurador especializado na audiência com o advogado, comunicando à chefia do setor correspondente.
- Art. 8° O advogado receberá as informações relativas ao pedido de agendamento de audiência por meio do acesso ao portal Regularize do contribuinte (representado) na opção "Consulta requerimentos".
- §1° Eventualmente poderão ser encaminhadas informações adicionais à caixa de mensagem do contribuinte (representado), as quais podem ser acessadas pelo seu Regularize.
- §2° Caso o advogado possua procuração eletrônica de acesso ao e-cac do contribuinte, poderá acessar o portal Regularize de seu representado por meio de seu login no e-cac.
- Art. 9º O atendimento prestado tem por escopo preponderante realizar a intermediação entre o advogado e a Administração Fazendária, visando a solucionar administrativamente as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos passivos, sempre que possível.
 - § 1º Para o êxito do atendimento, o procurador responsável:
 - I- fará as comunicações necessárias;
- II- poderá solicitar, diretamente ou por intermédio das chefias envolvidas, os subsídios aos setores responsáveis pelo assunto;
 - III- proporá os encaminhamentos que julgar pertinentes.
- § 2º É facultado ao Procurador do NEAPA avocar requerimento administrativo ou atuar em expediente judicial necessário ao deslinde do atendimento realizado, sempre acautelando-se de alertar o setor originalmente responsável, a fim de evitar qualquer manifestação contraditória ou capaz de frustrar estratégias da Fazenda Nacional.
- Art. 10. Audiências relativas a transações individuais e negócios jurídicos processuais permanecem sob a responsabilidade do NEGOCIA-5REG, conforme disciplinado na Portaria PRFN5/ME Nº 3054, de 15 de março de 2021.
- Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Regional da Fazenda Nacional da 5ª Região.
 - Art. 12. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente

ALEXANDRE DE ANDRADE FREIRE

Procurador-Regional da Fazenda Nacional na 5º Região



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre de Andrade Freire**, **Procurador(a) Regional**, em 12/01/2023, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php? <u>acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0</u>, informando o código verificador **30884679** e 🕩 o código CRC **1B43633C**.

ANEXO I



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 5ª Região Núcleo Especializado de Atendimento por Procurador ao Advogado

AGENDAMENTO DE AUDIÊNCIA COM PROCURADOR

Orientações prévias:

- O acompanhamento do pedido deve ser realizado por meio do Portal REGULARIZE do cliente representado pelo advogado.
- 2. O pedido de audiência com Procurador não supre a necessidade de apresentação de requerimento específico pelo sistema REGULARIZE para a realização de serviços referentes à Dívida Ativa.
- Este requerimento deve ser acompanhado da procuração outorgada ao advogado, com endereços e contatos atualizados do outorgante.
- Dívidas com agências reguladoras, autarquias e fundações públicas, tais como ANS, INMETRO e ANVISA não são atendidas pela Procuradoria da Fazenda Nacional. Por favor, consulte os procedimentos nas páginas eletrônicas oficiais dessas entidades.
- condenatórias da Justiça do Trabalho devem ser tratadas com o órgão local da Procuradoria-Geral Federal.

III. TRIAGEM (Marque um "X" na opção adequada)

Trata-se de pedido de transação individual ou negócio jurídico processual?

SIM	Será encaminhado ao NEGOCIA5.
NÃO	Caso de atendimento geral.

Trata-se de caso URGENTE?

SIM	Há decisão judicial descumprida, integralmente ou em parte.		
SIM	Motivos diversos (resumi-los):		
NÃO	* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *		

Observação para a equipe de apoio administrativo: se marcado o campo de urgência por decisão judicial, favor comunicar aos Procuradores.

IV. REFERÊNCIAS DO CASO (Preencher os campos que exigirão análise)

Requerimentos apresentados no REGULARIZE:	

I. DADOS DO ADVOGADO

Nome:

50000		
CPF		
OAB nº	Seccional:	

Contatos

Telefone (DDD)	
E-mail	
WhatsApp	

ssui restrições de dia/horário de agendamento?

II. DADOS DO REPRESENTADO

Nome/Denominação:

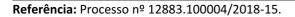
CPF/CNPJ		

Número das Inscrições em Dívida Ativa:

(Caso se refira a mais de quatro inscrições, superando o número de campos acima, a informação poderá ser complementada durante a reunião.)

Processos judiciais	Juízo:
	1

Dúvidas, solicitações e necessidades a serem atendidas:



SEI nº 30884679